

Que competências de cidadania para todos ao alunos da escolaridade básica universal?

Razoável domínio das línguas portuguesa e inglesa, falada e escrita (compreensão de um texto sobre a vida corrente; capacidade de expressão/comunicação oral e escrita de ideias e sentimentos). Domínio das novas tecnologias da informação e da informática na óptica do utilizador. Competências de cálculo, estatística e lógica matemática.

Resiliência, tolerância à frustração, Tomada de decisão, Resolução de problemas, “Empreendedorismo”, Responsabilidade, Comunicação interpessoal (assertividade), Pensamento crítico, Trabalho em Equipa, Liderança, auto-estima e Descentração (ex. automobilistas).

Conhecimentos da actualidade política, económica e social do país e da Europa.

Conhecimento da organização política do País e dos deveres e direitos de cidadania; noções básicas de ética. Conhecimentos sobre a integração europeia, diferenças históricos/religioso/culturais na Europa (de acordo com o proposto no Livro Branco das Políticas de Juventude para a União Europeia). Noções básicas de missão e serviço público.¹

Que saberes e competências para o cidadão do século XXI?

Acrescente-se às anteriores as competências de Economia e Gestão.

Que formação para os novos empregos? (a) Que respostas locais podem ser dadas para melhorar a preparação dos jovens para a iniciativa, empreendimento e inovação? (b)

a) Em primeiro lugar, deverá ser uma formação que tente desenvolver algumas das competências de cidadania já focadas, pois estas são essenciais para um mercado de trabalho com elevados níveis de incerteza e grande necessidade de flexibilidade. Forte formação em ciência e tecnologia (envolvendo conhecimento do método científico) a nível geral. Precocidade no contacto dos jovens com as empresas, utilizando para isso visitas de estudo e estágios curriculares ou de projecto. Aposta ainda maior nas TIC (Tecnologias da Informação e Conhecimento) nomeadamente na área da Internet e competências informáticas na óptica do utilizador avançadas (em linha com a agenda Lisboa, acordada na última presidência portuguesa da União). Qualquer acção formativa deve estar suportada em princípios de esforço, desempenho e resultados, na lógica de um pragmatismo anti sentimentalista.

b)

- Promoção das organizações juvenis ou pró juventude para a utilização dos programas europeus de mobilidade e intercâmbio, sem tutela directa/organizacional de maiores 30;

¹ Entenda-se, que embora estas competências/saberes devam estar adquiridos no final da escolaridade obrigatória, não deverá ser entendido que cabe unicamente à escola a responsabilidade de as promover/desenvolver. É a comunidade educativa no seu todo que o deve assumir.

- Na escola, utilização de técnicas de simulação para abordar: os processos eleitorais, de organização de eventos e de organização associativa ou de voluntariado;

- Reforçar a importância e a acção decorrente das políticas de juventude, de participação e de associativismo, como base para o treino de competências necessárias para os empreendedores, inovação e iniciativa (na sequência das orientações europeias em matéria de educação não formal);

- Desenvolvimento de um programa de empreendedorismo e inovação entre os jovens, premiando as melhores ideias de negócio e criando condições para a aproximação com a realidade empresarial. Os projectos poderão contemplar enfaticamente a vertente inventiva e de investigação, proporcionando aos jovens experiências estimulantes nacionais ou internacionais de contacto com laboratórios privados ou públicos.

- Desenvolvimento de projectos locais (a partir da escola) de serviço cívico (não caritativo mas de suporte com a substituição de um voluntariado assistencialista para um voluntariado participante e agente de mudança.) que respondam a necessidades da comunidade enquanto satisfazem objectivos académicos dos alunos (de escolha livre, sem temática obrigatória, em grupos de diferentes dimensões possíveis).

Todas as iniciativas e projectos deverão acentuar e obrigar à realização de compromissos, definindo as responsabilidades das partes, numa lógica não paternalista de realização e desenvolvimento pessoal (empowerment) com objectivos e avaliação de resultados.

As medidas devem ser credíveis (no sentido em correspondam às intenções formuladas) e continuadas (no medida em que tenham uma duração plurianual). Os jovens deverão ser envolvidos e responsabilizados nas políticas locais e regionais de acordo com a Carta Europeia da Participação dos Jovens na Vida Municipal e Regional, do Conselho da Europa (1.ª versão de 19 de Março de 1982).

Não podemos pedir empreendedorismo e não fomentar a responsabilidade e a delegação. Não podemos pedir iniciativa e tutelar toda a acção. Não podemos querer inovação e não estarmos disponíveis para as novas ideias.

Conclusão

A realização de objectivos quanto às competências necessárias para o futuro, bem como sobre que formação para o emprego e acções locais para o desenvolvimento da iniciativa, inovação e “empreendedorismo” exigem um esforço conjunto. A abertura da escola à comunidade e o envolvimento da comunidade com a escola não se faz por decreto. Faz-se criando condições (legais, sociais e informativas) para que a comunidade educativa realize com a escola o seu desígnio. Há que dotar a comunidade de competências para que esta possa ter um papel pró-activo e construtivo na criação da escola do futuro (formação ou educação parental, sessões de trabalho ou de esclarecimento com empresas, i.e.). Papel que seja responsável e responsabilizado. De uma vez por todas a comunidade educativa deverá ter a percepção e agir em conformidade com o facto de não ser ao Estado, enquanto entidade abstracta, mas a todos nós e cada um, na comunidade educativa, que temos que estabelecer objectivos, métodos, e avaliar resultados da escola que queremos. A nossa escola! Em muitos

casos, passemos do formalismo das assembleias de escola para a verdadeira articulação entre os agentes educativos, com avaliação e publicitação das acções e resultados obtidos. De outra forma julgo ser difícil criar envolvimento e aproveitar as sinergias, esclarecendo claramente os diferentes papéis e responsabilidades dos vários agentes educativos. A escola não é enquanto entidade “na terceira pessoa” a panaceia para todos os problemas mas pode ser o espaço privilegiado de encontro para a resolução das mesmas.

Francisco Rodrigues

Psicólogo, Empresário e Dirigente associativo

Pai de 2 filhos